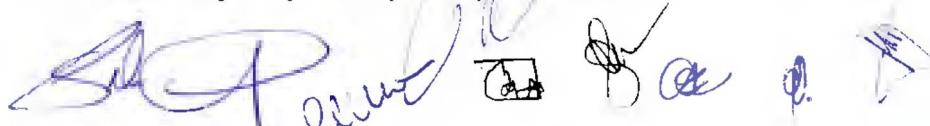




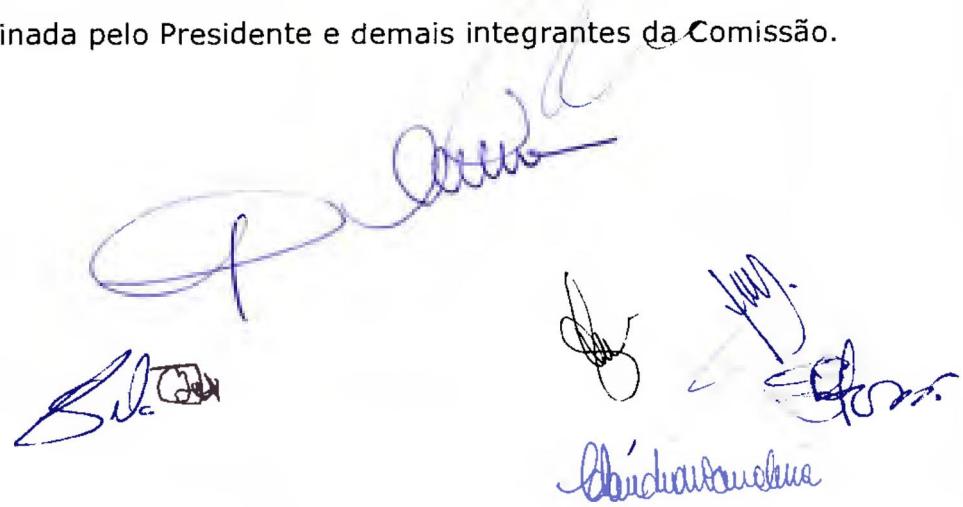
**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às 14:30h, na Sala de Reunião da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno deste Eg. Tribunal de Justiça, situada no Prédio Anexo, 3º Andar, nesta Capital, reuniram-se os integrantes da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, sob presidência do eminente Desembargador **Julio Cesar Lemos Travessa**, conforme Decreto Judiciário nº. 664/2018, publicado no DJE de 03/10/2018, para tratar de assuntos da mencionada Comissão. Ausentes justificadamente os Juízes Paulo Alberto Nunes Chenaud e Rita de Cássia Ramos de Carvalho, bem como o servidor João Felipe de Oliveira Menezes. Inicialmente, o Desembargador Julio Travessa teceu algumas considerações, destacando a importância de dar continuidade ao trabalho desenvolvido e pontuou acerca da necessidade de traçar as novas diretrizes, principalmente no que se refere ao plano de ação. Também parabenizou ao Presidente Gesivaldo Britto pelos esforços empreendidos na gestão para atender às demandas acerca da acessibilidade. Em seguida, saudou à Juíza Maria do Rosário Calixto, que participa pela primeira vez da reunião, como integrante da Comissão. Informalmente, também participa desta reunião a servidora Fernanda Braga, Controladora-Chefe, com intuito de prestar informações acerca do expediente (TJ-ADM-2018/47432), em tramitação no sistema SIGA, objeto de encaminhamento pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a fim de que seja remetido, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Plano de Ação àquela

Corte, contemplando o cronograma de execução das medidas necessárias à implementação das recomendações, bem como indicação dos responsáveis pela adoção de tais medidas, com objetivo de promover a acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, como meio de viabilizar a todos o efeito exercício da cidadania. Também presente o servidor Bruno Bellas Prado, da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a fim de que, dentro do âmbito de competência da execução de obras, pudesse expor, de forma clara, as ações já desenvolvidas, bem como aquelas em vias de execução, ficando responsável pelo levantamento dos dados relativos aos prédios Sede e Anexo deste Tribunal. Por sua vez, as Juízas de Direito Cláudia Paneta e Maria do Rosário Calixo deverão proceder ao levantamento das necessidades mais urgentes nos Fóruns Ruy Barbosa e de Família da Capital. Por fim, os Juízes Paulo Alberto Nunes Chenaud e Rilton Goes permanecem responsáveis pelas benfeitorias do Fórum Regional do Imbuí I. De plano, ficou definido que os fóruns de Alagoinhas e Lauro de Freitas são os que apresentam problemas mais urgentes, sendo também de responsabilidade dos integrantes da Comissão proceder um diagnóstico, até a próxima reunião designada para o dia 23/10/2018, às 14:00h, tudo isso com o objetivo de traçar o Plano de Ação necessário ao atendimento das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, bem como do próprio expediente encaminhado a esta Corte pelo Tribunal de Contas do Estado, como já alhures expedido acima. Ficou, também, definido que serão convocados servidores das áreas técnicas para composição desta Comissão os servidores **Bruno Bellas Prado, Cad. 968687-9, Pedro Lúcio Silva Vivas, Cad. 902.971-0 e Carlos Henrique Pedreira dos Santos, Cad. 969.038-7**, representando a Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), respectivamente, mediante



expedição de ofício ao eminente Presidente deste Eg. Tribunal de Justiça, por meio da Assessoria Especial da Presidência – AEP II (Assuntos Institucionais), na pessoa da Dra. Rita Ramos, neste ato representada pela servidora **Viviane Souza Chaus**, para fins de alteração desta Comissão. Por fim, fica estabelecido que as Juízas Maria do Rosário Calixto e Cláudia Paneta ficarão responsáveis pelas ações de inclusão, enquanto os Juízes Rilton Góes e Paulo Alberto Nunes Chenaud nas ações voltadas à acessibilidade. O Presidente determinou o levantamento do quantitativo dos magistrados que não responderam ao questionário que lhes foram encaminhados anteriormente acerca da necessidade da acessibilidade nos fóruns das comarcas do interior pela eminente Desembargadora Mária de Fátima Silva Carvalho, ficando a cargo da sua assistente, a servidora Joice Santos, responsável por fornecer tais dados até o dia 10 do mês em curso, a fim de que, posteriormente, seja reiterado por e-mail ou contatos telefônicos. Em seguida, foi acordado que o servidor João Eudes Alves Ferreira comparecerá à 66ª reunião ordinária junto à SAEB, promovida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Os novos integrantes, após a publicação da alteração desta Comissão no Diário da Justiça Eletrônico, também deverão estar presentes à reunião designada para o dia 23/10/2018, às 14h, em razão da desnecessidade de desenvolvimento das ferramentas de acessibilidade. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, às 16:00h, e eu, José Janilson de Gois Barreto, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e demais integrantes da Comissão.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

LISTA DE PRESENÇA À REUNIÃO DE 09/10/2018

NOME	ASSINATURA
Des. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA	
Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho	
Dr. Rilton Goes Ribeiro	
Dra. Cláudia Vlória Paneta Pereira	
Dr. Paulo Alberto Nunes Chenaud	
Dra. Maria do Rosário Passos da Silva Calixto	
João Felipe de Oliveira Menezes	
Angélica Mota Valois Coutinho	
Jorge Medrado Júnior	
Cláudia Virgínia Ferreira Bandeira	
Ricardo Tapana Dantas Gusmão	
Sergio Murilo Garcia Neves	
João Eudes Alves Ferreira	
Larissa da Silva Smeraldi	

Viviane Souza Chaves - Assessora - Representando Dra. Rita Ramos que se ausenta em razão de compromisso institucional em Vitória da Conquista.

BRUNO BEZERRA PEREIRA. —